

**ESCOLA SEM PARTIDO: PROMOVENDO A NEUTRALIDADE E  
IMPARCIALIDADE A PARTIR DA IDEOLOGIA  
CONSERVADORA**

*Francisco Iarlyson Santana de Andrade*  
[Iarlyson.Santana@outlook.com](mailto:Iarlyson.Santana@outlook.com)

*Tulio Cesar Fernandes de Moraes*  
UFCG/CFP  
[tulio-b@hotmail.com](mailto:tulio-b@hotmail.com)

**RESUMO**

O projeto denominado “Escola sem Partido” diz ter como objetivo geral afastar qualquer tipo ligação ideológica partidária de dentro das salas de aulas, para isso, o projeto propõe policiar e moderar a atuação do professor dentro de sua prática docente. Segundo os organizadores do projeto, em muitas escolas do Brasil os professores atuam como doutrinadores, impondo concepções políticas, silenciando divergências politicamente incorretas e promovendo as ideias de esquerda. Buscamos então discutir os limites, contradições e atrasos que o projeto pode impulsionar não obstante somente nas escolas, mas como na formação de novos cidadãos, que estarão despreparados para conviver em uma sociedade plural e democrática. Como base teórica para isso, nós utilizaremos do autor Fernando de Araújo Penna. E como fonte, além do projeto, usaremos as entrevistas e textos dos organizadores deste dito projeto.

**Palavras-chaves:** Escola sem Partido; Ensino; Política; Ideologia; Conservadorismo.

**INTRODUÇÃO**

A educação é uma ferramenta de formação humana, e como qualquer ferramenta ela tem determinadas funções, funções que nesse caso são essencialmente o foco na construção de indivíduos que se adequem a sociedade em que estão inseridas. Isso claro, sendo parte de um processo em que a educação prepare as pessoas para o convívio social. Por isso se deve “[...] pensar a educação tendo como objetivo principal a formação, não como novos modismos que nos paralisam.” (SILVA, 2010, p. 87-88). Ou seja, não importa o modelo, e sim o papel de construção humana dos indivíduos.

A importância da escola no processo de formação é inegável, afinal, “Quanto às escolas, sem elas cada geração teria que começar do zero ou, como as sociedades que

existiram antes das escolas, permanecer praticamente inalterada durante séculos.” (YOUNG, 2007, p. 1288). A escola tem o papel de transportar hábitos, conhecimentos e costumes de geração em geração. É um processo contínuo, que ainda hoje carrega em si um hegemônico protagonismo, apesar de que divide o espaço com outros espaços de formação, como a TV, rádio e nos últimos anos, para internet. Porém nenhum consegue superar ou enfraquecer a forte atuação do processo educacional escolar sobre a construção de indivíduos e suas relações sociais. “A escola cumpre uma função social essencial à formação dos novos cidadãos, na medida em que os saberes selecionados por uma sociedade e os seus valores serão transmitidos e construídos mediante ações educativas.” (KLEIN; PÁTARO, 2008, p. 4).

O educar é uma questão bastante subjetiva, porque em muitas vezes a questão educar tem um amplo campo de percepções e valores morais. No seio da sociedade brasileira ainda existe um grande debate em volta de quem seria o papel de educar: da família ou da escola? Porém, se pensamos que a educação tem o papel de preparar indivíduos para as vivências do mundo, não existe instituição mais preparada do que a escola, diga-se, o estado.

Isso significa que, se as escolas devem cumprir um papel importante em promover a igualdade social, elas precisam considerar seriamente a base de conhecimento do currículo, mesmo quando isso parecer ir contra as demandas dos alunos (e às vezes de seus pais). (YOUNG, 2007, p. 1297)

Claro que, o estado/governos também é os mais interessados em promover uma educação que evite conflitos sociais e que garanta maior convivência, tolerância e respeito em uma sociedade diversificada e plural como é a brasileira.

E dentro dessa atuação da educação se insere a participação do professor e a sua missão de educar. “A prática educativa necessita constituir-se num diálogo entre os sujeitos, numa articulação entre pensamento e ação, na formação de indivíduos responsáveis e à altura dos problemas e dos desafios do mundo em que vivemos.” (SILVA, 2010, p. 90). Ou seja, que construa e apronte o indivíduo para o convívio em uma sociedade diversificada, entre os seus limites e possibilidades sociais.

Mais do que isso, a educação tem esse respectivo papel de formação, que com isso instrui os alunos a buscarem direitos e a participar do espaço democrático. Todas essas questões cabem ao papel do professor, claro que a família e a sociedade têm do

## **Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFCG**

mesmo modo um papel importante, principalmente fazendo parte do processo de formação cidadã das crianças e adolescentes. (KLEIN; PÁTARO, 2008, p. 1):

A importância da escola em nossa sociedade pode ser medida pelo tempo que nossas crianças e jovens passam em seu interior, ao menos 12 anos de suas vidas. Esta é a única instituição social de frequência obrigatória que alcança a todos e todas das novas gerações.

Devido a isso, a educação fez e faz parte de grandes e complexos conflitos e debates de interesses políticos, digam-se, ideológicos. Esses conflitos e debates, sempre se fizeram presentes nas discursões sobre o modelo educacional que está sendo adotado hoje, e o que pode ser adotado futuramente com as reformas que estão por vir, porém, nos últimos anos, mas precisamente no século XXI, a polarização política entre a esquerda e a direita vem se penetrando cada vez mais em volta do debate curricular. Afinal, ter a educação brasileira como um processo de formação cidadã, querendo ou não, é um processo político. E é nesse papel de formação cidadã, onde se encontra a grande divergência entre os envolvidos.

E como a educação é um processo político, ele pode impulsionar posicionamentos que contrariam determinadas agendas políticas, como por exemplo, a conservadora. Já que, se o objetivo da educação no Brasil é preparar os alunos para o convívio social em sua mais ampla diversidade, com a promoção do respeito, tolerância e desconstrução de conceitos pejorativos, a agenda conservadora estaria sendo violada, particularmente pela desconstrução de conceitos. Como pessoas que buscam conservar a tradição e os costumes, que em muitas vezes, desrespeitam minorias com piadas, hábitos, costumes e termos pejorativos. A atuação da escola em combater e desconstruir essa prática colaboraria com o combate ideológico da agenda da direita conservadora brasileira.

Dentro desse cenário polarizado, nasce o Projeto Escola sem Partido. O projeto surge em um momento oportuno para se promover, já que ele acaba sendo fruto desse forte contexto de polarização e disputa entre a esquerda com a direita conservadora. A ideia do projeto era produzir uma forma conter o avanço da agenda educacional mais “humanista”, “plural” e “democrática”, que para a direita conservadora atendia os interesses da esquerda.

Para isso, o projeto se utiliza da argumentação de que, os professores não podem, nunca, questionar o ensinamento familiar do aluno, e também, não podendo

abordar em sala de aula alguns temas polêmicos, como sexualidade e gênero. Não obstante ditar o que o professor pode ou não fazer em sala de aula, o projeto ainda avança para como deve ser a atuação dos professores dentro de sala de aula. Para o projeto, os professores devem somente: passar sempre com a mesma dosagem as duas ou mais versões sobre o mesmo assunto; do mesmo modo, com isso passar o conteúdo de maneira totalmente isenta e neutra, ou seja, sem dar nenhum tipo de opinião pessoal sobre o conteúdo. Para que assim, não se posicionem ou cheguem a potencializar ou atenuar determinada visão do conteúdo. Isso claro, na visão dos idealizadores e apoiadores do projeto. Infelizmente, isso engessa a educação, já que “Se o trabalho escolar não estiver pautado num projeto transformador das relações sociais, nas virtudes e na ética, a ação educativa se reduzirá a uma simples instrução, não podendo ser jamais uma educação formadora.” (SILVA, 2010, p. 90).

Se for tirado do professor o papel de formação cidadã, a sociedade acabará engessada, porque com isso o espaço de formação cidadã ficará reservado somente para o núcleo familiar ou no determinado grupo social em que se está inserido. Entretanto não podemos cobrar um determinado aprofundamento de cidadania para um indivíduo com formação limitada, tira da escola o papel de formar cidadã é restringir e transformar em privilégio a prática cidadã, mas o pior é não permitir a construção de uma sociedade mais justa, preparada e tolerante. “Para crianças de lares desfavorecidos, a participação ativa na escola pode ser a única oportunidade de adquirirem conhecimento poderoso e serem capazes de caminhar, ao menos intelectualmente, para além de suas circunstâncias locais e particulares.” (YOUNG, 2007, p. 1297).

Infelizmente, em pleno século XXI, o entendimento ao espaço que se ocupa e o respeito que se deve ter pelo outro é um privilégio de poucos. Por isso que, retirar esse direito da escola e, propriamente, do professor, acabaria elitizando a compreensão social o entendimento e a participação no sistema democrático, à consciência social e ao pensamento crítico. Mas tudo isso faz parte de um processo de omissão assumida, daqueles que não toleram uma sociedade transformadora, que não se prende em dogmas e em costumes do passado.

Por isso, o objetivo deste trabalho é apresentar os limites, contradições e atrasos que o projeto Escola sem Partido pode promover a educação brasileira. Não obstante ainda, como o projeto pode colaborar para que a formação dos alunos não os prepare para compreender e resolver os limites a serem enfrentados, e de não os formar para o

convívio social e democrático em uma sociedade altamente diversificada e plural. Para isso, pretendemos analisar o projeto em si, entrevistas e alguns textos do movimento idealizador do projeto.

## **A VISÃO DETURPADA E IDEOLÓGICA SOBRE A ATUAÇÃO DOS PROFESSORES**

O idealizador e fundador do projeto, Miguel Nagib, diz em entrevista que foi motivado a produzir o projeto por uma questão pessoal, onde sua filha foi vítima de uma “espécie” de doutrinação ideológica de esquerda, promovida por seu professor de história (REMY, 2018). Foi com isso que o advogado passou a se preocupar e buscar alternativas para denunciar e mudar essa realidade que, segundo ele, é comum na educação.

Foi por esse acontecimento, segundo ele, que o projeto foi construído, a ideia era retirar do professor o poder de impor posicionamentos políticos e ideológicos, e ainda, o de fazer uma patrulha politicamente incorreta nas opiniões dos alunos (REMY, 2018). A ideia no caso era de retirar o papel de participação do professor no processo de construção de ideias dos alunos. Mas não é só isso, o projeto ainda descrevia a maneira na qual o professor deveria se postar em sala de aula em relação ao conteúdo ministrado, algo que veremos mais adiante.

Essencialmente, o projeto tinha um foco em acusar professores e educação escolar de forma geral, de estarem a serviço de uma agenda de propaganda da esquerda política, fazendo a chamada doutrinação dos alunos. Porém, com o tempo, isso foi se ampliando para outras pautas. Dentre essas novas pautas entrariam à sexualidade e os estudos de gênero, foi através desse último que o movimento ganhou bastante visibilidade e passou a assustar e ameaçar de forma clara a educação brasileira.

Para os simpatizantes e idealizadores do projeto, a questão de gênero tinha como objetivo destruir a família “tradicional” e promover uma dita “ideologia” de gênero, onde o foco era unicamente promover a homossexualidade. “A 'doutrina política e ideológica', apesar de ser o foco de todas as variações do projeto de lei e da atuação do movimento Escola sem Partido, não é definida explicitamente em nenhum dos artigos do projeto.” (PENNA, 2016, p. 46).

## **Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFMG**

E que segundo eles, barrar a questão de gênero das escolas seria uma forma de “proteger” as crianças de abusos promovidos tanto pelos professores, como pela esquerda. Porém Penna deixa claro que (2016, p. 53):

Existe um uso intencional de termos para desqualificar esse debate em sala de aula. Gênero não é ideológica, mas sim teoria. A discussão dessa teoria em sala de aula tem como finalidade problematizar as relações de gênero na nossa sociedade e em sua história, especialmente como forma de desconstruir o machismo, a homofobia e outras formas de desigualdade de gênero.

O movimento que construiu o projeto não enxerga, por exemplo, a importância debates e discussões de gênero em sala de aula. O foco resultaria somente na promoção de uma nova realidade vivenciada por todos nós, e não no incentivo em ser homossexual. Existe por parte desse movimento uma concepção de que estudos sobre gênero sejam na verdade uma ideologia para promover a ideia de que, “homem não nasce homem e que nem mulher nasce mulher”, e com esse tipo de conteúdo se ampliaria a homossexualidade no seio da sociedade, assim destruindo a família e a humanidade. É um discurso que soube envolver e enganar a sociedade, principalmente os setores mais conservadores que nunca engoliram ou toleraram o homossexualidade e as pautas LGBTs.

Infelizmente, a ideia de não permitir esse tipo de conteúdo vai acabar por comprometer e atrasar a promoção de uma sociedade que trate com mais humanidade e respeito, indivíduos que se comportam, se vestem e se identificam de maneira diferente da mais tradicional. O objetivo do estudo de gênero na verdade nunca foi ideológico, e sim de sempre conscientizar os alunos sobre uma realidade em que muitos não conhecem por falta de acesso, ou por vivermos em uma bolha social putadas pelo que nossa sociedade conservadora acha melhor falar. Inclusive, muitas vezes essas bolhas são construídas pela própria família que quer fugir de explicações e polêmicas. Penna mesmo lembra que são (2016, p. 53):

[...] interesses privados de algumas famílias desejam proibir que os alunos da Educação Básica sequer entrem em contato com essas discussões, por irem contra as suas convicções pessoais. O interesse coletivo de viver em uma sociedade mais igualitária é sobrepujado por vontades particulares de uma parcela dessa mesma sociedade.

É dever da escola ser o local ideal para esse processo de formação social tolerante e plural. A ideia de que as únicas propostas do projeto são de: neutralidade,

imparcialidade, pluralidade e o direito de que foi ensinado em casa não possa ser corrigido em sala de aula, tem como única finalidade resguardar o direito de fugir de debates e questões incômodas, porém necessárias. Ao mesmo tempo de garantir que passem se perpetuar valores intolerantes, como preconceitos e discriminações a pessoas de diferentes orientações sexuais, etnias etc. Cobrar neutralidade em temas de subjetividade é bastante contraditório, se até mesmo “A prática pedagógica não é neutra. Ao contrário, ela é permeada pelos valores da sociedade que, ao transmiti-los, influencia os indivíduos.” (SILVA, 2010, p. 90).

Entretanto, como maneira de propagar uma agenda conservadora, o objetivo do grupo autor do Projeto Escola sem Partido foi sempre de silenciar e cercear a atuação e opinião do professor no processo de formação cidadã dos alunos. Veem até no PND (Plano Nacional de Educação), uma ameaça a sua condição moral e religiosa, como visto em um dos textos do blog do movimento<sup>136</sup>.

O que assusta o grupo do movimento é que dentro de sala de aulas existam debates e discussões aprofundadas sobre temas que antes eram tidos como tabus, ou que, a opinião do grupo familiar era tida como verdade única e inquestionável. No blog do movimento, um texto com o título denunciativo *Professor de filosofia pede para alunos relatarem ‘coisas negativas’ que seus pais lhes fizeram*<sup>137</sup> relata como muitos núcleos familiares não aceitam questionamentos.

Existem outros fatores que podem motivar o movimento. Como tentativa colocar os alunos em uma situação alheia a sociedade, como a de não debater questões de gênero e sexualidade em sala de aula. Assim, reservando esse direito somente a família, sem preocupação, por exemplo, de que muitos dos casos de abusos sexuais se dão exatamente no núcleo familiar, dificultando assim, a identificação da violência por parte da vítima.

De forma geral, o que o professor faz em sala de aula é proposto pelo o estado, os professores não são nenhum tipo de organização com objetivos de “doutrinar para a esquerda”, e sim com objetivos de atender a demanda do estado em ter uma educação cidadã, que promova o pensamento crítico.

---

<sup>136</sup> CONSTANTINO, Rodrigo. **Plano Nacional de Educação: uma ameaça à liberdade**. 2014. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/o-papel-do-governo-categoria/471-plano-nacional-de-educacao-uma-ameaca-a-liberdade>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

<sup>137</sup> PROFESSOR de filosofia pede para alunos relatarem "coisas negativas" que seus pais lhes fizeram. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/defenda-seu-filho-categoria/631-professor-de-filosofia-pede-para-alunos-relatarem-coisas-negativas-que-seus-pais-lhes-fizeram>>. Acesso em: 05 set. 2018.

## **LIMITES E CONTRADIÇÕES DO PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO**

Segundo o projeto Escola sem Partido, o professor tem a seguinte função:

- I - não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária;
- II - não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;
- III - não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;
- IV - ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito;
- V - respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções;<sup>138</sup>

Como vemos o projeto Escola sem Partido bloqueia totalmente o direito de o professor passar o seu ponto de vista ou/e que faça uma análise crítica do conteúdo. O projeto também impede a participação do professor e da escola no processo de formação dos alunos. Por isso que, se o projeto for aprovado a escola vai conseqüentemente perder o papel de construção cidadã e participativa dos alunos no cenário político e social. A escola com isso voltaria a ser novamente um espaço educacional conteudista, onde o papel principal do aluno e do professor se resumiria somente na reprodução da matéria, sem se preocupar e questionar todo o processo em que situa o conteúdo, os alunos e a aula. Com isso, nem mesmo a contextualização do tema estaria na alçada do professor. Segundo o movimento (PENNA, 2016, p. 46):

Falar sobre o que está acontecendo no mundo ao redor da escola não seria parte da tarefa do professor, quando ele o fizesse, estaria se desviando da função, que seria ensinar a matéria. Segundo essa proposição, a escolarização deveria limitar-se à transmissão de um conhecimento produzido em um outro espaço, sem dialogar com a realidade em que o aluno está inserido.

Opiniões, análises críticas e conteúdos que promovam tolerância social as diferenças, não seriam mais permitidas por pena de punição aos profissionais da educação que proporcionam esse tipo de aula. Para os idealizadores do projeto, esse tipo de coisa é nada mais nada mesmo do que uma espécie de “doutrinação esquerdista”. A ideia de doutrinação poderia ser utilizada para silenciar de vez o professor em todas as esferas, e até mesmo fora da sala de aula, onde seus momentos de reivindicação ou

---

<sup>138</sup> ANTEPROJETO DE LEI FEDERAL. Disponível em: <<https://www.programescolasepartido.org/pl-federal>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

divergências poderiam ser ameaçados por meio de perseguições e acusações de ser o dito doutrinador.

Uma desavença contra algum dirigente público poderia resultar uma perseguição por intermédio do projeto, já que ele não deixa claro ou não expressa a dificuldade em rotular o que seria doutrinação ou não, ficando assim a cargo de um poder político ou administrativo não esclarecido. Do mesmo modo que, o projeto não deixa claro como funcionaria esse sistema de denúncias e apurações contra os professores que persistirem a preservar em suas aulas espaços para “propagandear ideias de esquerda”. Nem muito menos como aconteceria o dado processo, processo esse que estaria mais para inquisitorial do que institucionalmente legal.

Na verdade, o projeto não detalha em nenhum momento como se daria o direito de defesa do professor. Essa lacuna perigosa poderia proporcionar aos profissionais da educação uma grave perseguição por motivações que fogem até mesmo da responsabilidade do projeto. Aprovação deste projeto representaria não somente atraso na educação brasileira, como também uma grande ameaça para a autonomia e autoridade dos professores perante sua prática profissional. “A desqualificação do professor no projeto aparece como a remoção, até explicitamente, de todas as atribuições do professor, chegando ao extremo de excluir a sua liberdade de expressão.” (PENNA, 2017, p. 41).

Outro limite que projeto tende a proporcionar é o de que o professor não pode em momento nenhum corrigir as concepções dos alunos. Um aluno que tem ideias racistas e/ou intolerantes não poderá em nenhum momento sofrer uma intervenção do professor. E nem mesmo o professor poderá se posicionar sobre a questão em sala de aula, já que isso seria considerado um posicionamento do profissional frente à educação familiar, resultando assim em uma doutrinação.

Para os idealizadores do projeto, em especial Miguel Nagib, a formação educacional dada em casa no que se refere a questões religiosas e morais, não deve ser violada em nenhum momento pelo estado, escolas e professores (CABRAL, 2017). Segundo eles, os seus filhos são suas poses, é que por isso, cabe a eles a responsabilidade de estipularem o que é ou deixa de ser importante referente ao seu posicionamento político, moral, sexual e social. Segundo Penna (2016, p. 52):

[...] defendendo que ninguém possa sequer dialogar sobre esses temas com as crianças e os jovens. Independentemente de quais sejam os valores morais

## **Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFMG**

transmitidos pelos pais aos filhos, eles não poderiam ser contraditos na escola. Essa é uma proibição completamente absurda, pois impediria a construção dos valores necessários a uma convivência democrática e o combate de toda forma de valores preconceituosos.

Porém a criança também pertence à sociedade, e se queremos a construção de uma sociedade que respeite as diferenças, devemos antes de tudo promover um ensino mais inclusivo. No entanto, com o avanço de projetos como o Escola sem Partido, ideais como esse acabam ficando ameaçadas.

Segundo Miguel Nagib, os professores estariam usurpando a autoridade moral dos pais. E então, uma dessas pessoas fala no vídeo que um ótimo exemplo dessa usurpação da autoridade moral dos pais seria a lei da palmada. Então, ficam as perguntas: a lei da palmada é uma usurpação do direito moral dos pais? Essa autoridade passa pela violência contra as crianças, é isso? O movimento Escola sem Partido adota, depois desse vídeo, o lema “#NãoMexamComAsNossasCrianças, #MeusFilhosMinhasRegras”. Uma das imagens que captura isso, um dos memes, coloca uma “família tradicional” (um homem e uma mulher, com um filho e uma filha), com os pais segurando um guarda-chuva, no qual está escrito “minha família, minhas regras”. (PENNA, 2017, p. 45)

Já o autor Gaudêncio Frigotto em seu livro, “escola sem partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira” vai comparar o projeto da Escola sem Partido à figura mitológica grega da esfinge, que se encontra como guardiã da cidade de Tebas. Nessa comparação o autor denota que o projeto de Escola sem Partido se porta como uma esfinge, cujos enigmas são indecifráveis e ao mesmo tempo possui uma formação ameaçadora, onde nas próprias palavras do Gaudêncio (2017, p. 17):

Na mitologia grega, a esfinge tinha o corpo composto por parte leão e outra parte mulher; ficava na porta da cidade de Tebas e devorava todos que passassem e que não soubessem responder ao enigma: *que criatura pela manhã tem quatro pés, ao meio-dia tem dois e à tarde tem três?* Consta da lenda que a esfinge devorou todos que passaram, pois ninguém havia decifrado o enigma.

Através dessa comparação, Gaudêncio também vai nos mostrar o perigo próximo que esse modelo de pensamento representa para a sociedade. À medida que o autor vai expor as prerrogativas que os delatores deste projeto irão querer tomar, quanto ao controle, seja de livros didáticos, seja da própria didática do professor, fazendo assim um papel de um fiscalizador educacional se relacionando diretamente a um ditador.

Acusam os professores de serem doutrinadores e ideológicos, mas não enxergam em sua própria proposta um objetivo político claramente conservador e reacionário, ou seja, também ideológico. O que o projeto quer na verdade é se utiliza da educação do estado para promover a neutralização do seu dito ou eleito opositor. A atuação conservadora desse grupo tenta inibir a construção de uma sociedade mais diversificada e tolerável, se prendendo ainda em velhos valores que já entraram em desuso na atual sociedade contemporânea.

## **CONCLUSÃO**

Em suma, o projeto Escola sem Partido tem apenas a finalidade de ser um dos meios para permitir e garantir o mais cômodo avanço da agenda conservadora entre crianças e jovens, do ensino fundamental e médio. Com cerceamento da liberdade de expressão do professor, fica a garantia de que as convicções morais e religiosas repassada no núcleo familiar jamais serão questionadas.

Com o projeto fica garantida também a falta de questionamento ou elaboração de um pensamento crítico. Já que não se dará o direito de questionar, nem mesmo em sala de aula, a desconstrução ou reflexão de valores intocáveis. O ideal era a escola (SILVA, 2010, p. 95):

[...] se constituir num espaço de convivência, onde os educandos possam exercitar os valores da paz, da tolerância, da justiça e da liberdade. A escola se tornará agente de emancipação se formar o homem livre, libertando-o de tudo aquilo que o aliena e o aprisiona.

Mas não é só isso, o projeto também apresenta grandes lacunas, limites e contradições, como por exemplo, se diz anti-ideológica, mas o próprio projeto em si é ideológico. Já que em suas propostas encontramos pautas conservadoras, logo com isso deixa claro seu posicionamento político. Se afastando assim, da ideia de neutralidade e imparcialidade que o projeto divulga buscar nas salas de aula pelo Brasil.

Por fim, como vemos o projeto serve mais para o avanço da ideologia conservador e o abatimento da possibilidade da construção de uma sociedade mais democrática. Por que, “Ora, quando temos em mente o desenvolvimento da democracia e a efetivação da cidadania, pensamos em uma escola que forme nossos jovens

orientados para a participação social e respaldados por valores como tolerância, equidade, justiça social.” (KLEIN; PÁTARO, 2008, p. 5).

## REFERÊNCIAS

CABRAL, Pedro. **Entrevista com Miguel Nagib, fundador e coordenador do Escola Sem Partido**. 2017. Disponível em: <<https://olharatual.com.br/entrevista-com-miguel-nagib-fundador-e-coordenador-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **ESCOLA “SEM” PARTIDO: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Lpp, 2017. p. 17-34.

KLEIN, Ana Maria; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. A escola frente às novas demandas sociais: educação comunitária e formação para a cidadania. **Revista Cordis**, São Paulo, v. 1, p.1-18, 2008. Disponível em: <[http://www4.pucsp.br/revistacordis/downloads/numero1/artigos/1\\_escola\\_novas\\_demandas.pdf](http://www4.pucsp.br/revistacordis/downloads/numero1/artigos/1_escola_novas_demandas.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2018.

PENNA, Fernando de Araújo. Programa "Escola Sem Partido": uma ameaça á educação emancipadora. In: GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim (Org.). **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 43-58.

PENNA, Fernando de Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **ESCOLA “SEM” PARTIDO: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Lpp, 2017. p. 35-48.

REMY, Marina. **Miguel Nagib: A confusão entre liberdade de ensinar e liberdade de expressão é o flagelo da educação brasileira**. 2018. Disponível em: <<https://www.jornalhoraextra.com.br/entrevista/miguel-nagib-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 01 set. 2018.

SILVA, Mário Antônio da. Educação e Formação Humana: algumas considerações. **Revista da Faculdade de Educação**, Cáceres, v. 13, p.87-100, 2010. Disponível em: <[http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol\\_13/artigo\\_13/87\\_100.pdf](http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol_13/artigo_13/87_100.pdf)>. Acesso em: 02 set. 2018.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, p.1287-1302, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0228101.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2018.